



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 90ª
(NONAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, uso esta tribuna hoje para relatar um acontecimento ocorrido na última sexta-feira, na Região Administrativa do Guará.

Eu estava junto com minha equipe fazendo uma visita às quadras QE 15 e QE 13 do Guará II, quando nossa equipe foi surpreendida, Deputado Chico Vigilante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

e Deputado Wasny de Roure. Ao final da atividade, uma fisioterapeuta estava chegando à casa de uma pessoa para fazer um atendimento, e dois assaltantes, a mão armada, abordaram essa fisioterapeuta, cujo nome é Cristina, pedindo que ela entrasse no carro. Ela, no momento em que foi abordada, deu um grito, e dois servidores lotados no nosso gabinete... Um deles é o Sargento Roberto Nobre, e o outro é o Jean Machado. O Sargento Roberto Nobre, quando viu o que estava acontecendo, Deputada Telma Rufino, saiu correndo para tentar socorrer a vítima. O outro assaltante, que não estava armado, saiu em fuga. O desfecho disso, graças a Deus, é que ninguém saiu ferido e o Sargento Roberto Nobre e o nosso servidor Jean conseguiram prender esses dois malandros até a chegada da Polícia Militar do Distrito Federal, que ali fez todo o seu trabalho e encaminhou-os até a 4ª DP. Logo após isso, levou-os à 1ª Delegacia de Polícia para prender os dois em flagrante.

O que eu acho interessante é que os dois meliantes que foram presos, Deputado Wasny de Roure, já tinham passagem por homicídios, por sequestro e também por roubo. Os dois tinham acabado de sair da prisão por um indulto e ali foram cometer esse roubo.

O que eu quero demonstrar com esta fala é que essa abordagem, Deputado Chico Leite, aconteceu em plena luz do dia, aconteceu próximo ao meio dia, numa rua extremamente movimentada. Essa abordagem a essa fisioterapeuta aconteceu à luz do dia. Nós vivemos um pouco na pele. Só demonstra um pouco a sensação de insegurança que a Capital da República vive, que os moradores, que a nossa sociedade está vivendo aqui na Capital da República.

Então, eu queria fazer esse registro e dizer que, graças a Deus, tudo correu bem, ninguém saiu ferido, a vítima conseguiu inclusive recuperar o celular que tinha sido levado por um deles, não teve seu carro roubado, mas passou por esse susto.

Aqui eu quero fazer uma reflexão, já que falaram de segurança. Nós somos uma cidade jovem, nós somos uma cidade muito jovem, muito jovem nos dois sentidos: jovem de fundação e também por termos muitos jovens. E a pergunta que quero deixar para o plenário, a pergunta que quero deixar aos servidores, a pergunta que quero deixar aos demais Deputados é: o que nós estamos fazendo com a nossa juventude? Qual é o futuro que nós vamos proporcionar aos nossos jovens?

O jovem no Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure, não tem oportunidade. O jovem no Distrito Federal não tem espaços culturais, Deputado Ricardo Vale, para serem ocupados. O jovem do Distrito Federal hoje não tem espaço para desenvolver os seus sonhos e seus projetos. O Distrito Federal, infelizmente, carece de uma política pública de juventude – eu não falo para a juventude nem com a juventude, eu falo de juventude – específica. O Distrito Federal carece de uma política pública voltada para os jovens, uma política efetiva.

Deputado Juarezão, o maior índice de desemprego de jovens no País é no Distrito Federal. E a pergunta que quero fazer aqui é a seguinte: o que nós vamos fazer com nossos jovens? Hoje a população carcerária que está na Papuda, a grande



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

maioria é de jovens, Deputado Wasny de Roure. Na população que comete crime, segundo dados levantados pela Secretaria de Segurança Pública, a maioria são jovens. A pergunta que quero fazer é a seguinte: qual é a política pública que nós estamos fazendo para dar oportunidade e para incluir esses jovens?

Existe uma política pública diferenciada para a criança, existe uma política pública hoje garantida pela Lei Orgânica do Distrito Federal ao idoso, mas existe um hiato entre a criança, o adolescente e o idoso. No meio desses dois extremos, nós temos os nossos jovens.

Grande parte da população de Brasília, a maioria, é composta de jovens. A única esperança que esses jovens têm, Deputado Wasny de Roure, muitas vezes, é quando se abre um concurso público. Aí a pergunta que quero deixar aqui é: será que essa é uma política pública inteligente de inclusão dos jovens? Porque o jovem que mora na periferia não nasce bandido, Deputado Ricardo Vale. Ele quer sim ter um tênis novo, ter uma camisa nova, ter uma bicicleta, ter oportunidade, ter um celular novo. Ele tem esse direito. Ele não nasce bandido! O que falta para ele é ter oportunidade para construir isso. Ele é excluído! Ele é excluído do sistema educacional, ele é excluído na hora de arrumar uma vaga de emprego, ele é excluído em diversas situações em que o Estado deveria incluí-lo.

Hoje nós temos, Deputado Joe Valle, políticas extremamente bem definidas para a criança e o adolescente, mas infelizmente nós não temos políticas definidas para o jovem do Distrito Federal. Então, quero anunciar aqui, Deputado Wasny de Roure, que, da mesma forma que foi feita uma PEC da juventude no Congresso Nacional, estou apresentando uma Lei Orgânica do Distrito Federal para incluir a obrigação do Estado de fazer uma política pública de inclusão dos jovens do Distrito Federal, porque a Capital da República precisa dar um exemplo.

A primeira Secretaria de Estado de Juventude criada no País foi no governo Marconi Perillo, na sua primeira gestão como Governador do Estado de Goiás. Depois, a segunda Secretaria de Juventude criada no País foi na época do Governador Olívio Dutra, no Governo do Rio Grande do Sul.

Hoje, Sr. Presidente, infelizmente, na Capital da República, que é uma cidade jovem, nós temos os jovens alijados de todo o processo de inclusão social. Então, nós estamos apresentando esse projeto de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal. Eu gostaria aqui de pedir ao Secretário da Criança, Adolescente e Juventude, que tem feito um belíssimo trabalho à frente da Secretaria, que encaminhe à Câmara Legislativa do Distrito Federal a criação do Plano Distrital de Juventude, que estabeleça metas, que estabeleça prazos, que estabeleça metas de inclusão da juventude do Distrito Federal, que, infelizmente, por falta de políticas públicas bem definidas, tem sido alijada e colocada à margem. Muitas vezes, quando tratamos de juventude, Deputado Juarezão, tratamos somente da criminalizada. Precisamos gerar oportunidade para a juventude da Capital da República, senão vamos viver, daqui a um tempo, o que o Rio de Janeiro está vivendo hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO JUAREZÃO – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a informação – não sei se procede e eu pediria a V.Exa. a gentileza de verificar – de que há professores, servidores que estão tentando entrar na Casa, mas estão tendo dificuldades. Não sei por que isso tem ocorrido. Não sei se a informação que tenho já está defasada, mas eu pediria a V.Exa. que indagasse à segurança o que está impedindo os professores, os servidores da educação de entrarem nesta Casa, para acompanharem a sessão plenária.

Eu queria também, Sr. Presidente, cumprimentar a servidora Selma, porque hoje é o último dia de trabalho dela nesta Casa. A Selma tem uma larga folha de serviço prestado a esta instituição e à Cidade de Brasília. É uma servidora que traz enorme satisfação para quem convive com ela, pela sua criatividade e desenvoltura. Registro, portanto, que será uma grande perda para esta instituição a sua aposentadoria. Quero que esta Casa emita uma mensagem de agradecimento e reconhecimento pelos serviços por ela prestados à cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, os professores estão aí, o pessoal do Sinpro. A informação chegou atrasada. Algumas pessoas queriam ter acesso ao plenário, o que não é permitido; mas está liberada a entrada.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, servidores, mídia, enfim, todos que aqui se encontram.

Mais uma vez, repetindo o que aconteceu na sessão passada, venho aqui, a exemplo do que foi solicitado pelo nobre Deputado Wasny de Roure, solicitar que tenhamos hoje a sensibilidade e a oportunidade de votar o projeto de decreto legislativo de autoria dos nobres Deputados do Partido dos Trabalhadores e do Partido Popular Socialista. Peço isso, Presidente, porque acho que devemos dar uma satisfação às categorias. É inadmissível o que foi feito, por um ato do Governador, que responsabiliza a todos o tempo inteiro. Desde que ele assumiu – e já se vão 50% do mandato dele –, a responsabilidade de tudo por que o Distrito Federal está passando é de outros governos, desde a época de Israel Pinheiro. Daqui a pouco, ele vai citar Israel Pinheiro como o responsável por toda essa catástrofe no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Federal. A culpa é do cenário nacional, a culpa é dos ex-governadores, menos dele e da sua falta de gestão. Um governador que tem um discurso extremamente dúbio; um governador que, quando era Deputado ou Senador, era contrário às OS, mas hoje as defende com unhas e dentes, Deputado Bispo Renato Andrade. O mesmo governador! Mudou a função e, juntamente, o entendimento dele com relação às OS.

A mesma coisa sobre o Fundo Constitucional. Nós somos mantidos e organizados pelo Fundo Constitucional. Eu, como Parlamentar, fui na época ao Governador, que era Senador, e ele me disse pessoalmente que o Fundo constitucional tinha tanto dinheiro, que deveria ser dividido com o Entorno. De repente, ele vira governador, e parece que esse dinheiro acabou. Pelo jeito, acabou pela falta de gestão. O que não se pode – mais uma vez volto a dizer – é punir os servidores públicos, que não têm responsabilidade pública alguma sobre isso. O Governador, para completar, dentro de um processo de arrogância política jamais visto, publica um decreto que intimida os servidores públicos a cumprirem aquilo que é constitucional: o direito de reivindicar, principalmente quando são vítimas de um calote, da quebra de um acordo. Não se pode admitir isso.

Para piorar a situação, o Governador parece que não consegue separar as coisas. Ele tem que fazer uma reflexão sobre o que é o papel de um governador, Deputado Delmasso. O Governador impede o acesso de um Deputado Federal, depois de uma belíssima reunião feita por ele e pelo Deputado Wasny de Roure, que traz ganho, inclusive, no campo político para o Distrito Federal, como se a perda fosse dos Deputados. A perda foi do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure. Ali, depois daquela ação muito bem feita por V.Exa. e pelo Deputado Federal Laerte Bessa, vocês fizeram o que o Governador deveria ter feito: foram ao Ministério do Planejamento e buscaram alternativas. Mas o que ele fez? Motivado por questões meramente pessoais, impediu o acesso de um Deputado Federal. Isso é uma afronta ao Parlamento Federal e àqueles que defendem os servidores públicos.

O Governador tem que fazer uma reflexão sobre o papel dele no Distrito Federal. Se a cada briga que tiver, ele não receber a pessoa com quem se desentendeu, daqui a pouco vai ficar isolado. Aliás, isolado pela população, eu não tenho dúvida de que ele já está. Mas vai ficar isolado também no campo político. Se há uma discussão com um Deputado Federal, ele não recebe mais o Deputado Federal, não recebe o Deputado Distrital. Isso é muito, mas muito ruim para a população do Distrito Federal, que está sangrando com o aumento do índice da violência, que está sangrando com a falta de estrutura na saúde e na educação.

A saúde está sucateada. Na minha opinião, como membro da CPI da Saúde, isso se dá de forma premeditada, justamente para que se instalem os interesses. E, aí, clamo aos meus companheiros e às minhas companheiras que não sejam coniventes, que não permitam que os efeitos desse decreto perdurem. Não se pode mais admitir que esta Casa se cale. O Governador baixou um decreto, e nós estamos em silêncio, fingindo que está tudo bem. Não está bem, não. Os servidores públicos esperam desta Casa uma resposta, e nós não temos o direito de nos acovardar. Nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

temos a obrigação de derrubar esse decreto e sair em defesa desses servidores. É o mínimo que a gente faz por quem trabalha diuturnamente, sem qualquer condição para atender bem à população do Distrito Federal.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Caro colega Deputado Wellington Luiz, admiro muito a sua pessoa, mas vamos abrir um parêntese aí com relação ao que ocorreu ontem em relação ao Deputado Federal Laerte Bessa. Respeito é bom e cabe em qualquer lugar. Não estou aqui para defender o governo, mas, neste caso, se eu estivesse no lugar do Governador, não iria receber uma pessoa que tivesse me xingado e tudo o mais e ainda bancasse o bonzinho para poder intermediar o diálogo com os policiais, porque já estava lá. V.Exa. não sei se estava, mas outras pessoas estavam lá para representar a Polícia Civil e muito bem. O outro, na verdade, estava querendo dar um *show* de pirotecnia. Então, no caso dele, especificamente falando, ele faltou com o respeito, sim. Não é papel de um Parlamentar fazer o que ele fez ontem. V.Exa. me desculpe, eu sei a história de V.Exa., que tem o direito de falar, mas eu tenho que abrir esse parêntese para repudiar a atitude do Deputado Federal Bessa ontem. Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado.

V.Exa. abre o parêntese para falar de pirotecnia. Pirotecnia fez o Sr. Governador, que impediu o acesso de um Parlamentar. O que um governador tem que ter, no mínimo, é maturidade política para separar as coisas. Que ele xingasse o Deputado do mesmo jeito. Contudo, impedir que um Parlamentar, em nome da sociedade, fosse lá para defender os verdadeiros interesses dela demonstra claramente que ele não está preparado para dirigir o Governo do Distrito Federal. Se estivesse, Deputado Lira, separaria bem as coisas – e não o fez. Misturou tudo num momento de crise desta cidade.

A cidade, Deputado, está sangrando, e V.Exa. sabe disso porque V.Exa. veio das camadas mais carentes. Pergunte para o seu eleitorado se ele está satisfeito com a postura do Governador, que ainda dá chique diante de xingamentos. Deputado, se não aguentamos xingamento, é melhor nem nos candidatarmos a cargo político, porque nós temos que estar preparados, temos que ter equilíbrio para isso, principalmente o Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, colegas Parlamentares, eu gostaria de relatar esse lamentável episódio, porque eu estava presente nele, vários colegas Parlamentares estavam. Eu estou no meu sexto mandato e nunca vi esse episódio ocorrer com tal proporção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Todos nós conhecemos o Deputado Bessa. Sabemos que é um colega bastante temperamental, mas ele é Deputado, ele foi eleito pela população, e toda população que votou nele sabia do perfil dele. Então, é opção da população. De toda maneira, ele representa a população.

O Deputado Bessa tinha autorização do Presidente Temer, que pediu que o Ministro do Planejamento o recebesse acompanhado do Líder do Governo para tratar do Distrito Federal. Deputado Wellington Luiz, eu não me lembro na vida de um Líder de Governo, na Câmara dos Deputados, ir com um Parlamentar ou com a bancada do Distrito Federal para defender o Distrito Federal numa discussão com o Ministro do Planejamento. Pelo contrário, o que eu tenho visto é que muitos estados têm disputado os recursos do Fundo Constitucional.

Ele teve a dignidade, a disposição de nos convidar para participar dessa discussão. Nós estivemos com a nossa assessoria lá discutindo num momento em que o PT é visto com muita hostilidade dentro do Governo Federal. Fui recebido com o maior respeito. Eles me ouviram, fiz várias intervenções, e eu quero dizer a V.Exa. que foi uma audiência extremamente importante porque ela procurou esclarecer as perdas de recursos para o Distrito Federal. Isso o próprio Governador tem feito, mas é extremamente importante que os Parlamentares federais façam a defesa da unidade da Federação que representam. Tanto é verdade que só havia um Deputado Federal. Não sei se outros foram convidados e não quiseram ir, mas ele oportunizou a defesa da categoria que representa, o que é um outro motivo de estar presente naquela audiência.

Eu quero dizer a V.Exa. que fiquei bastante constrangido. Inclusive, preferi nem entrar. Fui convidado a participar dessa reunião através de um colega Parlamentar, e eu entendia que ele tinha informação importante. E qual era a informação importante? O ministro foi absolutamente taxativo. Nós trataremos da questão da Polícia Civil no Governo Federal se o Governo do Distrito Federal enviar a mensagem pedindo a isonomia com a Polícia Federal. Ele é o Relator da proposta da Polícia Federal. Ele fez pelo compromisso, como policial, com a polícia do Distrito Federal e pelo compromisso com essa cidade. Ele fez antes de apresentar o relatório dele, que está previsto para o dia de hoje.

Ora, eu acredito que é um privilégio para Brasília ter um Deputado Relator de uma matéria importante, principalmente alguém que conhece a Polícia Civil. Tanto é verdade que o Líder do Governo indagou a ele, por diversas vezes, se o relatório dele estava pronto. E ele disse: "Eu ainda não o conclui, estou apreciando as emendas e ainda não conclui a apreciação das emendas." Então, eu acho que é um Parlamentar que tinha uma mensagem a deixar com o Governador.

Eu lamento o episódio. É desnecessário. A função de governador é maior do que as disputas políticas. Eu lamento profundamente. No entanto, é o quadro a que nós assistimos no dia de ontem. Ainda que convidado pelos colegas Deputados a acompanhar a reunião, eu preferi não acompanhar, até sabendo que me sinto bastante representado por esses cinco colegas Deputados que compõem o Bloco



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Solidariedade, mas preferi não acompanhar em função do quadro de desconsideração com o Deputado Bessa, até porque ele é que tinha me chamado para estar presente lá.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado.

Presidente, já para concluir, mas não é isso. Esse é um gesto de grandeza, e o que o Deputado Laerte Bessa fez foi o que os Deputados desta Casa que compõem esse bloco estavam tentando fazer: achar uma solução. E aí, veja bem, Deputado Lira, o Governador deixou que as questões pessoais falassem mais do que as necessidades de uma cidade, onde você tem uma Polícia Civil em convulsão – essa é a nossa situação –, e os índices de violência, principalmente nos crimes mais violentos como estupro e latrocínio, subindo como jamais foi visto. Mas a questão pessoal – porque foi xingado – falou mais alto, deixando que uma matéria dessa natureza ficasse ao lado. Isso é o que não se pode admitir.

O que não pode mais é que esta Casa se cale diante disso. É necessário que o Parlamento – principalmente vocês que fazem parte da base do governo – o faça entender que o Distrito Federal não é uma propriedade particular dele. Isto aqui é do interesse de todos nós. A minha família está na rua, e se ele quiser negligenciar a segurança, a saúde, que o faça na casa dele. Entretanto, com a população do Distrito Federal, não. Nós não podemos admitir isso.

Por fim, Presidente, mais uma vez, clamo a esta Casa, já que a gente não pode contar com a sensibilidade do Sr. Governador, que, então, a gente possa derrubar esse decreto fazendo com que os servidores públicos, que foram alvo de, mais uma vez, um calote desse Governador, tenham seu direito constitucional sagrado de exercer suas atividades e reclamar os seus direitos. Esta Casa tem a obrigação de responder a essas categorias e a essa sociedade, porque eu não quero ser conivente com os atos do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem – já falei, inclusive, com V.Exa., Presidente em exercício desta Casa – é que V.Exa. coloque aqui na pauta para que a gente possa votar, no dia de hoje, esse decreto legislativo que barra o famigerado decreto antigreve do Sr. Rollemberg – até porque ele não pode baixar esse tipo de decreto. A Constituição brasileira garante o direito de greve. Cada um na greve age com a sua responsabilidade. Esse decreto é um atestado de burrice. Portanto, eu peço a V.Exa. que ele seja pautado para que a gente possa votá-lo no dia de hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu me esqueci de registrar, apenas para que fique claro: alguns dias atrás, nós tivemos aqui o nosso ex-Secretário, Dr. Valério, que acabou saindo desta Casa por conta de uma denúncia que foi feita.

É obvio que, quando saiu a denúncia, isso foi bastante divulgado. Só que esqueceram de avisar e de informar com a mesma plenitude que ele foi absolvido. Essa foi a razão que fez com que ele se afastasse. Então, eu queria que esta Casa lembrasse e registrasse que o Dr. Valério Neves tinha sido afastado, tinha sido acusado e, agora, a Justiça o absolveu completamente, não pairando sobre ele qualquer outra acusação nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wellington Luiz, eu estive com o Valério, a gente até o convidou para voltar à Casa, porque não foi provado nada, mas ele disse que não, disse que vai tocar a vida dele.

Deputado Chico Vigilante, sobre a votação: lá embaixo, nós estivemos na reunião de Líderes, e não houve acordo. Agora, eu submeto a questão aos Líderes, porque a matéria tem que passar pelas Comissões.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu levantei essa pauta e solicitei que V.Exa. a colocasse em votação para os pareceres em plenário. O que nos foi informado é que a Comissão de Constituição e Justiça estaria em prazo de emenda. Não foi dito, naquela reunião, que não havia acordo para a votação. Com todo respeito a V.Exa., o que foi acertado foi uma pauta, e houve essa colocação da nossa parte. Nenhum Deputado se manifestou contrariamente. Ou seja: não havia óbice, a princípio, a que fosse votada essa matéria. É uma questão de sensibilidade. Nós havíamos conversado na semana passada no sentido de que as Comissões ultimassem isso.

Essa matéria passa por uma única Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu peço a V.Exa. que, no transcorrer da sessão, reveja a posição, e nós possamos ainda votar, tão logo a Presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, chegue ao plenário.

Eu peço a reconsideração de V.Exa. porque essa bancada tem sido fiel no *quorum* e no apoio a vários projetos, inclusive projetos do governo. Portanto, eu pediria a V.Exa. que reconsiderasse essa questão, que é extremamente importante para os servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, nós vamos ouvir os Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um projeto ao qual não cabe emenda. O projeto, simplesmente, susta os efeitos do decreto inconstitucional do Sr. Rollemberg. Portanto, é o tipo do projeto que não pode ter polêmica. Ou a pessoa é a favor ou é contra. Submeta-se à votação aqui no plenário. Quem for a favor vota a favor, quem for contra vota contra, e pronto.

Portanto, peço a V.Exa. que consulte os Líderes, para que a gente possa pôr a matéria na pauta e votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos consultar os Líderes, Deputado Chico Vigilante.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, por cinco minutos.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Só porque eu sou oposição a esse Governador, eu falo por cinco minutos. O Deputado Wellington Luiz, que é da base do governo, falou por quase uma hora.

Sr. Presidente, está chegando o 28 de outubro, Dia do Servidor Público do Distrito Federal, serviço público em que eu entrei aos 18 anos de idade. E, infelizmente, comemorar o quê? O grande presente do Governador Rodrigo Rollemberg para os nossos servidores é o calote. Além do mais, a quem quer cobrar aquilo que é devido, o Governador está punindo.

Por isso, nobres Deputados Chico Vigilante, Wasny de Roure, Wellington Luiz, somamo-nos a V.Exas. para dizer: esse decreto precisa ser votado. O Governador teme o que, afinal de contas?

A gente precisa dar uma resposta para a sociedade, Sr. Presidente. Eu conheço a integridade de V.Exa. lá do lado de Brazlândia, minha ex-cidade, e tenho certeza de que V.Exa. não estará entre aqueles que compactuam com a traição ao servidor público do Distrito Federal.

Nesse momento tão difícil, de crise, nós até entendemos a situação, e queremos cooperar, como de fato temos cooperado, Deputado Ricardo Vale, naquilo que é bom para o Distrito Federal. Apresentei dois projetos de lei: o Projeto de Lei nº 1.236, de 2016, que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Servidor Público – ele é comemorado, mas de fato não existe no Calendário Oficial de Eventos –, e o Projeto de Lei nº 1.238, de 2016, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Empregado Público, como os trabalhadores do BRB, da CEB, da Caesb, da Codeplan, da Emater, do Metrô, da Novacap, da Terracap e da TCB, que muitas vezes não têm garantido o mesmo direito que todos os servidores têm. É isto que queremos garantir: essa igualdade de direitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

E mais ainda, Sr. Presidente: nós aprovamos aqui uma lei, a Lei dos *Food Trucks*, já vai fazer mais ou menos um ano. Há sete meses, ela está engavetada com o Governador Rodrigo Rollemberg. Foi um parto de nove meses para que pudéssemos aprovar em plenário, e agora são mais sete meses para que se possa regulamentar. Nessa hora de crise, com tantas famílias desempregadas, ela precisa ser regulamentada para se saber o que pode ou o que não pode, mas, simplesmente, o Governador senta em cima do projeto de lei e não regulamenta.

Deputado Wellington Luiz, será que o Governador quer tirar também o direito de trabalhar aqui nesta cidade daqueles que já não têm o direito ao emprego formal, daqueles que têm o direito ao emprego informal? O Governador quer tirar também? Isso é inadmissível, e nós cobramos uma atitude. Nós pedimos, meu amigo José Flávio, que o Governador regulamente de vez a Lei dos *Food Trucks*, dando direito a centenas de famílias de continuarem trabalhando.

Mais ainda, para encerrar definitivamente. O Laerte Bessa é do meu partido, o Partido da República. É claro que eu não vou usar as mesmas palavras que o Laerte Bessa usou, porque isso não faz parte do meu caráter, do meu feitio, mas, se fizesse, eu diria isso e muito mais.

Devo respeitar o Governador Rodrigo Rollemberg, apesar de ele não respeitar ninguém. Eu jamais me dirigiria a ele com palavras como aquelas, mas eu quero dizer que o Deputado Laerte Bessa está correto. Onde já se viu um Governador impedir a entrada de um Parlamentar que já foi Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, um homem honrado? Ele pode ter um temperamento um pouco mais agressivo, mas é muito melhor ter um temperamento mais agressivo do que ser frouxo como o Governador. Então, tiro o chapéu para o Deputado Laerte Bessa e, com toda certeza, o nosso partido está do lado dele. Foi um desrespeito ao Deputado Laerte Bessa, foi um desrespeito ao nosso partido, que tem 43 Deputados Federais e que luta e tem procurado lutar pelo melhor nessa cidade.

É claro, injustiças se cometem por todo lado, nós estamos cheios e carregados delas, mas tenho certeza absoluta de que nós vamos superar todos esses momentos difíceis. Inclusive, tenho certeza, meu amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras, de que o nosso Governador precisa de bons conselheiros. Eu não sei quem o aconselha, mas espero que ele ouça V.Exa. nos bons conselhos. Eu espero que de fato ele atenda às necessidades do servidor público, naquilo que é um direito, que regularize a Lei dos *Food Trucks* e, de fato, atenda os Parlamentares, não importa se forem da base ou da Oposição.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer ao plenário desta Casa a discussão que ocorreu no dia de ontem pela manhã com o Sr. Ministro do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Planejamento. Como foi dito há pouco, o Deputado Laerte Bessa, em conversa com o Presidente da República e em defesa dos interesses da categoria da Polícia Civil, da qual ele é oriundo, nos recebeu em audiência. Eu fui lá, tendo em vista o convite formulado pelo Sr. Deputado para que o acompanhasse para levar a debate a questão dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Eu tenho utilizado esta tribuna para dizer que o Distrito Federal tem perdido recursos e tem deixado perder recursos, no que diz respeito à falta de empenho, tendo em vista vários fatores como contingenciamento, protelação da União na transferência de recursos e também o fato de que aquilo que é empenhado entra em restos a pagar no ano subsequente e não é liquidado por falta da efetivação da obra, da licitação, etc.

Então esses recursos são principalmente oriundos de investimento. Isso remonta um montante, Sr. Presidente, em torno de 700 milhões de reais ao longo de doze anos de execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal. É um montante que não é pequeno. É um montante que não é pequeno e reflete, sobretudo, na qualidade da Segurança Pública do Distrito Federal no que diz respeito a equipamento e a investimento.

Portanto, é um retrato da ineficiência da aplicação dos recursos, seja em função do Governo Federal, seja em função do Governo do Distrito Federal, ou seja, até mesmo, em função das dificuldades operacionais que tem o processo de licitação, montagem de editais, projeto executivo, para poder implantar um quartel ou uma instalação do Corpo de Bombeiros etc.

Mas há outra variável, Sr. Presidente, que é a variável do procedimento do cálculo do Fundo Constitucional. Quanto ao procedimento, Deputado Wellington Luiz, do cálculo do Fundo Constitucional, houve uma decisão que o Tribunal de Contas tomou e reportou à Secretaria do Tesouro Nacional que estabelecia que o FPM e o FPE, que são o Fundo de Participação do Município e o Fundo de Participação do Estado, não deveriam ser contabilizados para efeito de dedução, seja aquilo que é constitucional, seja aquilo que é repasse em função de algum instrumento de legalidade.

Portanto, foi esse o ponto nevrálgico. Qual é o grande ganho desse debate que ocorreu no dia de ontem? É em relação a ministro, Líder de Governo na Câmara e toda uma equipe, entre oito e dez assessores do ministro, a quem nós pudemos apresentar essa tese da perda do recurso em função do procedimento de cálculo.

Mas, quanto a esses três temas, é extremamente importante que o Distrito Federal sensibilize o governo a, pelo menos, atualizar ano a ano... Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, essa diferença para o ano de 2017 vai representar mais de 128 milhões de reais e também no que diz respeito ao empenho e àquilo que não tem sido liquidado.

Existe, ainda, esse debate que é a contribuição dos policiais militares e dos policiais bombeiros para a saúde. A média do montante é entre 18 e 22 milhões ano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Foi isso que, inclusive, levou Parlamentares aqui até mesmo a suprir a Polícia Militar na forma de emendas de recursos para a segurança destinados ao Fundo de Saúde, sobretudo recursos da Fonte 100.

O que é importante, Sr. Presidente, é que o Tribunal de Contas reconsidere uma decisão que permitiu que a União retivesse esse montante de recurso à própria União, não transferindo para o Governo do Distrito Federal.

Por último, eu gostaria de considerar aqui que isso vai ser de extrema relevância para o Distrito Federal, porque, caros colegas Deputados, quando um determinado fundo não executa durante o ano aquela receita que entrou, não significa que aquele superávit não possa ser incorporado ao fundo no ano subsequente. É essa conquista que nós também temos que fazer junto ao Governo Federal, para que aquilo que não foi executado retorne para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Portanto, esse foi o debate. Quero aqui agradecer publicamente a gentileza do Deputado Laerte Bessa de nos ter convidado para estar presentes, para participar desse debate e poder oferecer a nossa contribuição.

Eu quero informar aos colegas Parlamentares, como informei hoje na reunião de Líderes, que, na próxima semana, a bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa deverá ter um novo líder.

São estas as considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde a todos os presentes.

Para dar um ponto final a essa situação que virou o tema central do nosso debate de hoje, eu vou repetir aqui as palavras de um diálogo que tivemos há pouco. Neste momento de polarização que o País vive, têm que prevalecer as pessoas de bom senso, se não a gente vai, Deputado Wellington Luiz, meu grande amigo, polarizar e radicalizar de tal maneira que o diálogo cederá lugar à agressão física, a agressão verbal. E não é assim que a gente constrói a democracia.

Ontem, naquela situação, depois de muitas lutas, conseguimos agendar, até por intermédio do José Flávio, a quem eu agradeço, um horário com o Governador para retomar o diálogo entre a Polícia Civil e o governo que, numa intransigência das duas partes, de alguma maneira, coloca em risco a própria segurança da sociedade. Isso não é bom para nós. Conseguimos, mas chegando lá naquele momento, em uma situação inesperada e relativamente adversa, o Deputado Laerte Bessa, que é um representante do povo, com direito a representá-los, não foi atendido. Existe um rito, gente! É necessário que você marque uma audiência com o Governador, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

nós fizemos. Não é chegar na hora e querer ser recebido, ainda que tenha algo de positivo a apresentar.

Então, é a retomada da civilidade por meio do diálogo. Eu acho que faltou bom senso, talvez por parte do Governador, mas, com certeza, por parte do Deputado Laerte Bessa. Solicito que se peça uma audiência com o Governador, para apresentar as propostas e o produto do seu trabalho junto ao Ministério do Planejamento para tentar resolver o problema da Polícia Civil. Afirmo, se partirmos para a polarização, que poderá levar ao radicalismo e à agressão física e verbal, certamente quem estará comprometida será a civilização e a democracia.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Encerro os Comunicados de Líderes. Passe-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade eu só vou reiterar um pedido que já foi feito aqui por alguns Deputados para que a gente vote o projeto de decreto legislativo apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores e, se não me engano, pelo PPS.

Ficou acordado na semana passada que nós votaríamos esse projeto hoje. Inclusive, eu acho que isso seria até bom para o próprio Governador do Distrito Federal, para quem imaginou, para quem pensou esse decreto absurdo que impede os servidores de reivindicarem os seus direitos, se derrubássemos esse projeto aqui hoje.

Então, eu gostaria de reiterar o meu pedido à Presidência desta Casa para que votemos essa matéria hoje e, de uma vez por todas, enterrar esse infeliz decreto do Governo do Distrito Federal.

Era só isso, Sr. Presidente. Somente para reiterar esse pedido que já foi feito à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso .

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

assessores, venho hoje a esta tribuna mais uma vez para relatar que, hoje pela manhã, nós tivemos audiência pública de prestação de contas da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.

Quero dizer, Sr. Presidente, que essa audiência pública faz parte do calendário de audiências públicas de prestação de contas que a Comissão de Governança, Fiscalização, Transparência e Controle estabeleceu. Assim se convidam os Secretários de Estado a virem à Câmara Legislativa para prestarem contas do exercício do ano anterior.

Chamaram-me a atenção alguns pontos que foram colocados pelo Secretário de Agricultura os quais quero relatar aqui. Primeiro, fala-se sobre a questão do transporte rural. Existe hoje uma grande dificuldade na execução do transporte rural.

O que eu acho mais interessante é que, segundo o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, são até informações do próprio Secretário, 67%, Deputado Lira, do território do Distrito Federal está em área rural.

Os produtores rurais, os trabalhadores rurais têm dificuldade de ter acesso ao transporte rural tendo em vista a má distribuição das linhas que existem hoje na malha que foi colocada pelo DFTrans.

Mas uma solução foi apresentada, Deputado Joe Valle, V.Exa. que é oriundo do setor agropecuário do Distrito Federal, pelo Secretário que, inclusive, já está sendo trabalhada pelo governo e que eu acredito que esta Casa precisa fortalecer. É a ideia de que a TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, empresa pública, assumam todas as linhas rurais do Distrito Federal, dando até mesmo, Deputado Joe Valle, sentido atualmente à manutenção da TCB.

Porque hoje, se nós formos avaliar, as linhas da área urbana do Distrito Federal estão ocupadas pelas empresas que tiveram a licitação feita no governo passado. E a área rural continua desassistida.

O Secretário trouxe, salvo engano, que cinco linhas que atendem a área rural, grande parte de Planaltina, já estão sendo atendidas pela TCB. Então um dos pontos que eu queria aqui reafirmar o meu apoio é que a TCB assumam toda a malha de transporte coletivo da área rural do Distrito Federal, Deputado Joe Valle, fazendo as interligações que precisam, que são necessárias.

O segundo ponto que ele colocou e que eu acho importante nós levantarmos é a questão da manutenção das vias vicinais que ligam a área urbana à área rural do Distrito Federal. Muitas delas não são pavimentadas, em muitas delas falta manutenção.

As administrações regionais têm tido uma parceria extraordinária na manutenção de algumas dessas vicinais, como foi colocado. Eu quero aqui citar as Administrações do Gama e de Ceilândia, que foram apresentadas pelo Secretário de Agricultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então é necessário que esta Casa se atente para a manutenção das vicinais e para a pavimentação das vicinais possíveis de serem pavimentadas.

Eu não sou da área do agronegócio, mas, pelo pouco que eu entendo, as vicinais servem de escoamento da produção que são feitas na área rural. Nisso, quando você tem uma vicinal que não tem manutenção, você até aumenta o custo do frete que sai da propriedade rural até a chegada nos locais de venda, tendo em vista que a manutenção do caminhão aumenta, e muito. Então é importante, quero ressaltar, que esta Casa trate desse assunto, da manutenção das vicinais principalmente, para valorizar a área rural.

O terceiro ponto que eu quero colocar e que aqui quero enaltecer, é o programa chamado PAPA – Programa de Aquisição da Produção de Agricultura, salvo engano é esse o nome. O que eu acho interessante é que alguns órgãos do Governo do Distrito Federal já aderiram a ele.

Eu estou informando, Sr. Presidente, que ainda esta semana, como Presidente da Comissão de Fiscalização, e como fruto dessa audiência pública, vou sugerir à Câmara Legislativa do Distrito Federal que faça a adesão a esse programa. Que nós possamos adquirir produtos agropecuários – e quero citar o café – oriundos deste programa, porque na prática é o que nós podemos fazer hoje para apoiar a agricultura familiar no Distrito Federal.

Então, eu quero informar que nós vamos encaminhar, Deputado Joe Valle - que é membro da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e que, na realidade, foi o autor da criação desta Comissão -, essa sugestão à Mesa Diretora da Câmara Legislativa e também a todas as Secretarias de Estado e às administrações regionais, para que possam aderir ao programa.

Acredito que a agricultura familiar é sim um programa de combate ao desemprego, é sim um programa de incentivo à economia. Nós vamos incentivar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, acima de tudo, a agricultura no Distrito Federal. Brasília, como eu disse na audiência, tem uma vocação enorme para a agricultura. O que falta é isso ser valorizado. O que falta são os governantes olharem para a agricultura no Distrito Federal como um vetor de desenvolvimento, como vetor até mesmo de parceria para sair da crise!

Investir na agricultura, na área rural do Distrito Federal, na minha avaliação, é o investimento mais barato de recuperação da economia. Por quê? Porque os produtores já têm hoje apoio da Secretaria de Agricultura e de toda a sua rede, a Emater, a Ceasa, e já produzem o que produzem. Se tiverem um pouquinho mais, aí eu falo como política de Estado, não só como política de uma Secretaria, mas como política de Estado, como vetor do desenvolvimento, tenho certeza de que os produtores rurais do Distrito Federal vão dar uma resposta enorme, assim como a região de V.Exa., Deputado Juarezão, que é conhecida como a região do morango.

É necessário que haja investimento na área rural do Distrito Federal. Nós podemos ter uma área rural de Primeiro Mundo, nós podemos ter uma infraestrutura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

rural de Primeiro Mundo! O que basta é somente ter investimentos e tratar a área rural como parceira na recuperação da crise que nós vivemos! Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Com certeza, Deputado. A gente precisa preservar aquelas nascentes de lá, a Caesb não investe na nossa região.

Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, todos os presentes, queria dar a minha boa tarde.

Quero parabenizar o Deputado Delmasso pela fala e lhe pedir ajuda para a questão da regularização fundiária. Os produtores do Distrito Federal hoje dão exemplo para o País, e é verdade, aqui nós temos produtividades comparáveis ou acima das produtividades americanas. Falo de todo o trabalho de conservação ambiental, outorga e de todo um processo que leva a agricultura do Distrito Federal a ser exemplo; mas os produtores lutam com muita dificuldade.

Por exemplo, por não termos a regularização fundiária no Distrito Federal, nós anualmente perdemos o FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –, que são investimentos da ordem de 400 milhões de reais. Esse projeto está na Casa, já conversei com a nossa Presidente da CAF. Existe a aquiescência, todo o apoio dela, para que votemos rapidamente o projeto de regularização que vai dar mais tranquilidade aos produtores que estão aqui há cinquenta anos fazendo disso. Estamos falando de produtores que têm tradição no processo, pequenos, médios. Nós não temos grandes produtores aqui, a não ser produtores que cabem na palma de uma mão, nos dedos de uma mão. Portanto são, na maioria, pequenas propriedades. Nós temos aqui em torno de 12 mil propriedades abaixo de 50 hectares.

Então, já há uma reforma agrária feita, que está aí, que precisa ser regularizada, Deputado Rafael. Isso faz com que os produtores tenham condição de trabalho forte. Contudo, hoje vivem uma insegurança jurídica. Eles não podem pegar recursos nos bancos, porque não têm como dar como garantia a sua terra, os investimentos saem fora. Deputado Wasny, o senhor sabe que perdemos por ano de 400 milhões a 500 milhões de reais de investimento do fundo constitucional do Centro Oeste por não termos as terras para dar em garantia. Esse é um processo de espera de muito tempo, justo, correto. Tenho certeza de que a nossa Casa vai dar o retorno e vai fazer essa legalização histórica que é tão esperada pelos produtores rurais, necessária e justa.

Presidente, quero rapidamente trabalhar aqui, estou muito preocupado, pois hoje o nosso bloco teve um encontro com as cooperativas de catadores, cooperativas essas que são muito acompanhadas pelo Deputado Wasny também. Estou aqui e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

vou fazer alusão à coleta seletiva. Na realidade, o título seria: “A coleta seletiva que não temos e a que queremos”.

Brasília, que é o maior PIB *per capita* do País, tem o maior lixão da América Latina, conhecido como Lixão da Estrutural. O Governo do Distrito Federal já anunciou para este ano o fechamento do Lixão e a inauguração do aterro sanitário de Brasília, que será implantando em Samambaia. Cerca de 2.500 catadores desse Lixão obtêm renda a partir da venda do material triado e realizam esse trabalho em condições precárias e insalubres.

O fim do Lixão deve estar de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Distrital de Resíduos Sólidos, que consideram a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Lembro que a Política Distrital foi aprovada nesta Casa.

A fim de melhorar as condições e proporcionar local adequado de trabalho, em 2010 – portanto, há seis anos – os catadores obtiveram, por meio de concessão de uso da Secretaria do Patrimônio da União, três terrenos estrategicamente localizados e também recursos financeiros com o BNDES para edificar centros de triagem capazes de absorver o trabalho de 2.160 catadores.

Para que o Lixão da Estrutural possa ter seu fechamento concluído, é imprescindível que esses centros de triagem estejam prontos e funcionando. O funcionamento desses centros de triagem depende da implementação de uma coleta seletiva de qualidade e em quantidade. Quer dizer, é preciso haver uma coleta seletiva que realmente coloque nas mãos dos catadores materiais que deem renda a eles.

Para que o programa funcione efetivamente, é necessário implementar um modelo de coleta seletiva que permita uma comunicação de fácil entendimento pela população e que garanta material suficiente para o sustento dos catadores, além de ser ambientalmente eficiente, considerando o aproveitamento do lixo como um todo. Esse modelo deve possibilitar a separação das frações secas e orgânicas, coletadas em dias alternados. Isso já aconteceu em Brasília, diga-se de passagem.

Com essa separação dos resíduos, os catadores receberão nos centros a parcela seca do lixo. A parcela orgânica irá para as duas usinas de compostagem existentes no DF, que hoje operam com baixíssima eficiência devido a não existência de uma coleta seletiva que considere também a parcela orgânica do lixo. Conforme o relatório do Serviço de Limpeza Urbana sobre o manejo dos resíduos sólidos, as duas usinas geram 77,9% de rejeito. Isso quer dizer o seguinte: coloca-se lá e sobra, porque não é resíduo orgânico. É levado, mas não é orgânico. É importante reconhecer esses resíduos como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, como preconizam as referidas leis.

Além do mais, o novo aterro sanitário de Brasília terá sua vida útil limitada a nove anos – vejam bem, isso é muito grave –, se for mantido o contrato de operação vigente, que prevê o aterramento diário de 2.600 toneladas de resíduos. Esse é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

praticamente todo o lixo coletado no Distrito Federal. Assim, o GDF será obrigado a encaminhar resíduos para aterros privados construídos em municípios vizinhos. Hoje existem aterros ociosos em Planaltina de Goiás, em Padre Bernardo e em Águas Lindas de Goiás. Isso significa o seguinte: o contrato feito para o aterro sanitário não prevê coleta seletiva. Está falando que vai aterrar 2.600 toneladas no aterro de Samambaia, fazendo com que o aterro só dure nove anos. É um absurdo completo.

Acredito que a implementação de uma coleta seletiva do lixo que considere a possibilidade de reciclagem de seus componentes secos e orgânicos garantirá ao DF um processo mais tranquilo de transição, a efetiva inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, eficiente retorno dos materiais recicláveis a seus respectivos ciclos produtivos e da matéria orgânica às atividades agrícolas, e contribuirá para um verdadeiro salto qualitativo no rumo de uma cidade sustentável.

E mais: os catadores hoje estão com renda por volta de 300 reais por mês. Como sobrevivem com isso? Como? Cadê o material? Onde está o material? Além do mais, há demora excessiva na retirada dos rejeitos dos locais das cooperativas.

Então, Sr. Presidente, o nosso bloco está propondo aqui uma audiência pública – eu queria que todos os Deputados participassem – sobre coleta seletiva, para que tenhamos uma coleta seletiva de verdade e efetiva na nossa cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que a imprensa toda chama V.Exa. de Presidente em exercício. Todos nós chamávamos V.Exa. de Presidente em exercício, mas agora V.Exa. é Presidente definitivo, porque o Tribunal de Justiça do Distrito Federal acaba de tomar a decisão. Com a decisão do Tribunal, V.Exa. passa a ser Presidente efetivo desta Casa. Eu tenho certeza de que uma das primeiras medidas que V.Exa. vai tomar é chamar todos os Deputados para uma conversa, para ver como é que a gente toca isso daqui para a frente.

Dito isso, há um segundo ponto que quero abordar aqui. Espero que dê *quorum* e que a gente vote para derrubar esse decreto maligno do Sr. Rodrigo Rollemberg. Sr. Presidente, na época da ditadura militar, nós tínhamos uma lei da ditadura militar que proibia greve no Brasil. Quando nós chegamos aos anos 1978,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

1979 e a toda a década de 80, ninguém respeitou a lei da ditadura militar, dos generais com tanques, baionetas e fuzis.

Quando a fome aperta, quando a necessidade aperta, a realidade é maior do que a lei. Portanto, esse decreto antigreve do Sr. Rodrigo Rollemberg é uma estupidez. Quem o assessorou para colocar essa coisa aí cometeu uma estupidez brutal. É um verdadeiro absurdo esse decreto. A melhor coisa, Deputado Wellington Luiz, que o Governador Rodrigo Rollemberg faria neste momento era... Ele sabe que nós vamos derrubar o decreto, e sabe que a base dele aqui não vai se render a esse tipo de coisa.

Eu conversava há pouco com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um Deputado professor. Ele me disse: “Eu vou votar pela derrubada”. Vamos votar, isso vai cair. O Governador Rodrigo Rollemberg devia ter retirado esse monstro e publicado um outro, dizendo que isso não valia nada, porque não vale. Na verdade, é uma tentativa de intimidação aos servidores. É para qualquer chefe dizer aos servidores: “tem um decreto que proíbe greve”. Alguém precisa dizer ao Governador Rollemberg que a Constituição garante o direito de greve no Brasil. Antes de um decreto desses, a Constituição garante o direito de greve. Os servidores irão à greve, queira ou não o Sr. Rodrigo Rollemberg.

Sr. Presidente, eu também conversava há pouco com o Deputado Chico Leite, que é constitucionalista e vai votar contra.

Dito isso, Sr. Presidente, ainda vou abordar um terceiro ponto. Estive hoje pela manhã, Deputado Chico Leite, numa manifestação de moradores no Gama. Lá estavam o Conselho de Saúde e os conselheiros tutelares. Em mais uma insensatez, o Governador Rollemberg está fechando a pediatria do Hospital do Gama. E agora está dizendo que vai fechar também o centro obstétrico do Hospital do Gama, uma das cidades mais antigas do Distrito Federal. As pessoas vão nascer, mas não vão mais poder nascer no Gama. É muita estupidez! Demos uma volta naquele hospital, um abraço no hospital. Está de parabéns o conselho tutelar de lá, a Ana Maria, que é conselheira e professora brilhante, e os conselheiros todos.

Depois eu entrei no hospital, Deputado Chico Leite. Convido todos os Deputados a entrarem naquele hospital. Deputado Wellington Luiz, eu nunca estive no Iraque ou na Síria, que estão em guerra, mas eu tenho certeza de que, nos hospitais do Iraque e da Síria, Deputado Rafael Prudente, a situação não está brutal como está no Gama – terrível, tenebrosa. As pessoas estão nos corredores, Deputado Chico Leite, sem esperança, para morrer.

Como se não bastasse – eu saí de lá chocado –, ainda não pagaram as empresas que tocam as lavanderias. Ontem à noite, uma servidora da Ceilândia me ligou para dizer que os servidores do Hospital de Base estão saindo com as roupas sujas daquele hospital para serem lavadas na lavanderia do Hospital da Ceilândia.

E o Governador ainda quer implantar as malditas OS! Eu pergunto: vai pagar com o quê? Daí a prova de que há muita incompetência, porque, se ele tem dinheiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

para pagar OS, como não tem dinheiro para pagar o reajuste dos servidores? Como não tem dinheiro para fazer as lavanderias funcionarem? Como não tem dinheiro para comprar os insumos? Hoje, Deputado Chico Leite, está faltando de tudo.

Eu publiquei um vídeo hoje com as promessas do Rollemberg. Ali eu perguntei a ele: o senhor se lembra disso que o senhor falou?

Deputado Chico Leite, V.Exa. sabia que uma pessoa está chegando ao hospital e, quando vai tomar o soro, não há aquele encaixeinho entre o soro e a veia? E aí não se toma o soro. Sabia que os tomógrafos estão quase todos quebrados? Que a fila do câncer, de pessoas que vão morrer, cada vez aumenta mais? É premeditado, Deputado Wellington Luiz, para colocar as OS.

Ontem, eu protocolei uma representação no Ministério Público e, depois, liguei para o Procurador Bessa, porque ele é um jovem de Brasília. Eu o conheço e sei que tem compromisso com esta cidade. Ele precisa ter a coragem de ingressar no Tribunal de Justiça com um pedido de intervenção judicial na saúde do Distrito Federal para afastar toda essa direção da saúde e colocar gente que tenha competência, porque, se depender do Sr. Rollemberg, as pessoas vão continuar morrendo.

Infelizmente, essa é a realidade, esse é o quadro que a gente está vivendo; Brasília está caminhando para o abismo. Muita gente me diz: “vamos fazer o *impeachment*. Eu digo: deixa a gente provar o crime de responsabilidade, porque, infelizmente, ainda não existe *impeachment* para incompetência. Se existisse, já teríamos feito isso. Pode ter alguém incompetente igual a ele, mas, mais do que ele, não. Não pode ter. Não creio que tenha. Estou falando: Governador, toma jeito, porque a paciência do povo é pouca e já acabou. Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir o apensamento do nosso Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2016, ao da Deputada Celina Leão e do Deputado Raimundo Ribeiro, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 195. É injusto pedir que o nosso seja apreciado, se não for em conjunto com o deles, pois foram apresentados no mesmo dia. Embora a diferença seja de horas, querendo ou não, o deles antecede o nosso. Então, pelo princípio de respeito à iniciativa, eu cometeria uma gravíssima falta, se não considerasse que os dois fossem apensados para serem apreciados conjuntamente pela relatora ou pelo relator, na Comissão de Constituição e Justiça.

Peço vênia a V.Exa. para que defira a inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 195 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 196.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em deferimento ao pedido do Deputado Wasny de Roure, conforme disposto no art. 154, determino a tramitação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 195 e 196, por tratarem de matérias iguais.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi para falar apenas para convalidar o Deputado Chico Vigilante.

Deputado, V.Exa. que tem muita experiência, será que esse *impeachment* por incompetência não é cabível, não? Não conseguimos enquadrar a figura? Eu acho que o Deputado Chico Vigilante deu uma ideia que não pode ser menosprezada.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra, com minhas escusas ao Deputado Rafael Prudente, em razão de não haver aparte nos Comunicados de Parlamentares.

Apenas quero manifestar a minha posição favorável aos Decretos Legislativos nºs 195 e 196, os dois decretos que sustam o decreto do Governador em relação aos movimentos dos servidores públicos. O decreto do Governador não traz direito novo. Eu já tive oportunidade de falar sobre isso aqui neste plenário. A Casa Legislativa precisa se manifestar a respeito disso, e a forma de se manifestar é votando os decretos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a V.Exa. e aos demais colegas Deputados. Quero cumprimentar a galeria também.

Peço a V.Exa. que faça um apelo aos Deputados que estão na Casa para que desçam ao plenário. Ainda não temos *quorum* para votar e sustar esses decretos. Nós, agora, não temos *quorum*, mas prometo ser breve aqui até que consigamos o *quorum* para votar. Já coloco meu voto favorável à derrubada desse decreto absurdo que foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Sr. Presidente, além de cumprimentar todos os médicos do Distrito Federal, do nosso Brasil – hoje é o Dia do Médico, Deputado Prof. Reginaldo Veras –, eu aproveito para fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal.

Nós estamos no Outubro Rosa, mês de combate ao câncer de mama. É importante lembrar aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que nós estivemos no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Hospital de Base no dia 18 de maio deste ano. Visitamos toda a ala de oncologia do Hospital de Base, que é o hospital referência aqui do Distrito Federal. Fui junto com o Deputado Prof. Reginaldo Veras e com o Deputado Wasny de Roure. Não me lembro se V.Exa., Deputado Juarezão, estava presente. Acho que V.Exa. não estava presente, mas sua assessoria estava conosco.

Vou lembrar aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, uma frase que me deixou muito preocupado. A frase foi dita pela chefe da Unidade de Oncologia do Hospital de Base. Ela disse: "É difícil saber se o tratamento oferecido aos pacientes ajuda na cura do câncer ou se piora a doença".

Nós ouvimos essa frase da boca da médica responsável pela parte de oncologia do Hospital de Base, a Dra. Maria Letícia, e isso nos preocupou muito. O que nós fizemos? Nós fizemos uma reunião com o Governador, apresentamos um relatório, fizemos uma reunião com o Secretário de Saúde e nos foi passada uma lista com um valor em torno de 25 milhões de reais para resolver todos os problemas do câncer. A ideia era que se pudesse, a partir daquele ponto inicial, colocar as coisas para funcionarem e para Brasília, em pouco tempo, se tornar referência no tratamento de câncer.

Nós estamos no mês de outubro, mês de conscientização sobre o câncer de mama. É importante alertar as mulheres sobre a gravidade dessa doença e sobre a necessidade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de se fazer o exame de prevenção. O problema é que o governo, que deveria dar toda a infraestrutura para realização dos exames, está transformando o Outubro Rosa em outubro negro.

Nós temos 6 mil mulheres com solicitação de exames para fazer a mamografia, mas elas estão na fila de espera por atendimento, Deputado Ricardo Vale. Dos onze mamógrafos existentes na rede pública de saúde, apenas quatro estão em funcionamento. O Distrito Federal apresenta a menor taxa de mamografia de rastreamento do País, rastreando apenas 5% da população alvo, conforme os dados do Ministério de Saúde. Portanto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, 5% da população alvo está tendo direito, hoje, ao exame. Seis mil pessoas estão aguardando um exame tão simples, que poderia ter sido realizado, evitando muitas mortes de mulheres aqui no Distrito Federal.

Nós estamos vivendo uma situação de caos na saúde pública jamais vista, conforme já dito aqui por outros Deputados, inclusive pelo orador anterior a mim, Deputado Chico Vigilante. Parte desses dados veio num relatório do Ministério Público.

Eu faço um apelo aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, pois, no passado, o Ministério Público era um pouco mais atuante na área de saúde. Não havia uma semana em que não víamos um promotor do Ministério Público visitando um hospital, fazendo relatório, ajuizando ações contra o Estado e também contra os gestores da área da saúde, que não está funcionando hoje, como foi dito aqui pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

nobre Deputado Chico Vigilante. Acho que o Governador precisa repensar a sua equipe de pensadores.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu destinei pessoalmente 30 milhões de reais. Deputado Wasny de Roure, Deputado Juarezão, Deputado Prof. Israel, Deputada Luzia de Paula, V.Exa. destinou também. Juntando tudo isso, deu mais de 30 milhões. O que nós temos a partir de agora? De maio para cá, o que foi resolvido? A fila continua com mais de mil pessoas aguardando radioterapia. Alguns medicamentos ainda continuam faltando, e os equipamentos, que são os mamógrafos, ainda continuam sem funcionamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que, na reunião de Líderes – acho que V.Exa. até deveria comunicar isto à Casa –, pedimos ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que nós pudéssemos ter um encontro na Secretaria de Saúde para tratarmos da questão do fechamento da pediatria. V.Exa. esteve no Gama, e foi dada a V.Exa. a informação de que ela não seria fechada. Foi dada essa informação ao Presidente do Poder Legislativo. Isso é uma desmoralização, Sr. Presidente! Essa desmoralização não é só com V.Exa., não, é com toda esta instituição!

Eu quero que V.Exa. honre aquilo que foi um pedido dos Deputados, ao qual, inclusive, eu havia me associado. Pedi a V.Exa. e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que agendassem um horário junto ao Secretário de Saúde, para que pudéssemos ir amanhã.

Deputado Rafael Prudente, o que está acontecendo no Gama – muito bem disse o Deputado Chico Vigilante – é algo insuportável para uma cidade que tem sua história e sua população. A Câmara não pode permitir que o Governador e o Secretário de Saúde fechem a pediatria e, muito menos, a obstetrícia. Muito menos, a obstetrícia! O Hospital de Santa Maria não é suficiente, porque ele acolhe sobretudo o Novo Gama, o Pedregal e a cidade de Valparaíso. Nós não podemos nos silenciar.

Eu faço um apelo a V.Exa., pela credibilidade que V.Exa. tem nesta cidade. Agradeço ao Deputado Rafael Prudente, que tem tratado dessa temática da saúde, pela oportunidade de agregar esta fala ao seu pronunciamento aqui na tarde de hoje.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Peço que acrescentem o pronunciamento do Deputado Wasny de Roure ao meu.

Deputado Wasny de Roure, foi importante isso que V.Exa. disse, porque já havia sido feito compromisso também de não fechar a pediatria de Santa Maria. Foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

feito compromisso também de não fechar a pediatria do Hospital de Planaltina. Realmente, não fecharam, mas retiraram os médicos. É uma situação grave e, realmente, nós temos que cobrar isso. Aqui faço um apelo ao Deputado Juarezão que capitaneie isso aí como Presidente da Casa em exercício.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, quero aproveitar para convidar todos os Deputados que puderem participar, em especial aqueles que fizeram visita ao Hospital de Base, para uma comissão geral junto com a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FENAMAMA, que vai promover um ciclo de debates sobre o câncer de mama aqui no Distrito Federal. Então, aproveito aqui já para convidar todos a esse debate tão importante que vai ser realizado na próxima quinta-feira, às 15h, no plenário desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou abrir mão. No entanto, eu queria pedir para os colegas encarecidamente virem ao plenário, a fim de que possamos votar e acabar com os efeitos desse maldito decreto. Esta Casa precisa se manifestar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Convido o Deputado Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa. (Pausa.)

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Solicito à Sr. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Consulto os Líderes se há acordo para inclusão extrapauta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 195 e 196, que sustam o Decreto do Poder Executivo nº 37.692, de 2016, que trata das medidas a serem tomadas, em virtude da greve da Administração Pública.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, após a consulta, seja feita inversão de pauta e que esses decretos sejam votados como primeiro ponto da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Consulto os Líderes. Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço autorização para declarar nossa posição, argumentando que o nosso bloco tem sido conhecido nesta Casa pela manutenção incontestável da coerência. Sempre defendemos que tudo o que for votado aqui passe antes pelas Comissões, o que é uma demanda do Deputado Chico Leite.

Neste caso em questão, o bloco aceita que a matéria seja colocada na pauta, mas lembrando que isso não deve se tornar uma prática nesta Casa. Sabemos da importância de revogarmos esse decreto. É uma situação de absoluta exceção. Esta não será prática do nosso bloco, enquanto eu estiver na liderança dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, pelo Bloco Juntos por Brasília.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está faltando a consulta só a um membro do nosso bloco, a Deputada Sandra Faraj, que não está presente. Já mandei uma mensagem a ela, para tomarmos uma decisão em conjunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos favoráveis à votação imediata, lembrando que esta Casa tem uma responsabilidade com esses servidores públicos.

Por isso estamos ultrapassando todos os acordos para que hoje se faça justiça com o Distrito Federal. Então, esperamos que se vote imediatamente e conclamamos todos os colegas a que venham.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Eu gostaria, ainda, de registrar a presença nesta galeria do Ibrahim Yusef, Presidente do Sindireta; do Rodrigo, do SindSaúde, e de muitos outros companheiros.

Quero, por fim, parabenizar os Deputados que, por uma decisão da Justiça, acabam de retornar a ela.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, como Líder do Bloco Popular Solidário Social.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo Bloco Popular Solidário Social, meu encaminhamento é no sentido de que a gente vote favoravelmente à sustação dos efeitos – não sei nem se posso chamar de decreto, porque a peça é de uma imprestabilidade extraordinária. A gente encaminha nesse sentido por uma série de razões, Deputado Joe Valle, mas principalmente porque ele legisla aonde não pode. E, mesmo se pudesse, não seria necessário. O efeito é apenas intimidatório, o que tem se tornado uma marca desse rapaz fantasiado de governador.

Quero aqui informar também – estou vindo agora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – que foi dado provimento a um agravo que tive a oportunidade de interpor e, neste momento, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal me repôs na Mesa, assim como os Deputados Julio Cesar e Bispo Renato Andrade.

Portanto, a Mesa Diretora desta Casa volta à sua condição original, com exceção da Deputada Celina Leão, que, evidentemente, irá promover os recursos que considerar adequados à causa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já havíamos, desde a reunião de Líderes, pedido que a matéria fosse apreciada na tarde de hoje. Acho que o momento é bastante oportuno, com a presença dos servidores. Além disso, é uma matéria que danifica moralmente a imagem desta cidade e, sobretudo, a liberdade e a conquista do direito de organização sindical dos trabalhadores.

Portanto, a derrubada desse decreto é uma imposição moral para aqueles que querem o bem desta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Havendo acordo entre maioria dos Líderes e Deputados que representam os blocos parlamentares, defiro a inclusão dos Projetos de Decreto Legislativo nº 195 e nº 196 na Ordem do Dia de hoje, como itens extrapauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – A minha solicitação é no sentido de que esse projeto seja o primeiro item da pauta, já que é uma posição da maioria, de todos da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a nº 190, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, procedemos à votação do primeiro item.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para concordar com V.Exa. Que o projeto seja colocado em votação e, assim como o Deputado Chico Vigilante, peço que haja inversão e se vote primeiro o projeto de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 1:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão e do Deputado Raimundo Ribeiro, que “susta o Decreto Executivo nº 37.692, de 6 de Outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividade ou serviços no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal’, vez que o Poder Executivo exorbitou das suas competências regulamentares, vez que sequer existe lei sobre direito de greve no âmbito do Distrito Federal, frente à competência privativa do União”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Ricardo Vale e outros, que “susta os efeitos do Decreto nº 37.692, de 6 de outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividades ou serviços no âmbito da Administração Pública Direta e das autarquias e fundações do Distrito federal”.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2016, de autoria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

da Deputada Celina Leão e do Deputado Raimundo Ribeiro, que “susta o Decreto Executivo nº 37.692, de 6 de Outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividade ou serviços no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal’, vez que o Poder Executivo exorbitou das suas competências regulamentares, vez que sequer existe lei sobre direito de greve no âmbito do Distrito Federal, frente à competência privativa do União”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Ricardo Vale e outros, que “susta os efeitos do Decreto nº 37.692, de 6 de outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividades ou serviços no âmbito da Administração Pública Direta e das autarquias e fundações do Distrito federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós votamos pelo acatamento dos dois projetos de decreto legislativo, segundo o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2016.

Então, somos favoráveis à admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a compreensão do Relator para que a autoria seja dos cinco Parlamentares. Por quê? Porque, de fato, nós vimos anunciado e não conseguimos identificar. O projeto de iniciativa do PPS só foi protocolado na segunda-feira, quando o nosso também foi. Houve diferença de horas. Então eu pediria a compreensão dos colegas Deputados para que fosse autoria do PPS/PT ou de todos os cinco Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer uma retificação. A autoria é dos cinco Parlamentares e do Relator, que é este que vos fala.

Então, Sr. Presidente, retificando, votamos pela admissibilidade de ambos os Projetos de Decreto Legislativo, nº 195, de 2016, e nº 196, de 2016, na forma do substitutivo, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Bispo Renato Andrade.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra antes de ser proclamado o resultado. Permito que o Deputado Chico Vigilante, que é mais velho, o faça primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu vou proclamar primeiro o resultado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não, Sr. Presidente, quero usar da palavra antes de proclamar o resultado. Sr. Presidente, eu infelizmente não estava presente no momento dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares e não pude fazer uso da palavra. Então, eu gostaria que, antes de a gente concluir esta etapa aqui, me fosse permitido usar o microfone como Comunicado de Parlamentares ou de Líderes, até mesmo para dar tempo de alguns Parlamentares que estão na Casa virem ao plenário votar, porque nós temos de respeitar as pessoas que aqui estão e que estão aguardando ansiosos que se tire essa espada de Dâmoles que o Governador colocou sobre a cabeça dos servidores públicos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu não posso permitir. Houve uma verificação de *quorum* e eu tenho de proclamar o resultado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Mas V.Exa. permitiu a minha questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Espere! A questão é essa, V.Exa. sabe disso. Estão presentes 12 Deputados. Houve 12 ausências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos 12 Parlamentares aqui no plenário, metade da Câmara Legislativa.

Portanto, eu quero fazer uma proposta aos 12 Deputados que estão aqui, para ficar bem claro: nós não vamos votar nada do Governo Rollemberg, enquanto os Deputados não comparecerem e votarem esse projeto de decreto legislativo. O Governador, que sabe que vai perder, não devia ter apresentado essa estupidez, mas apresentou essa estupidez e agora vem querer retirar *quorum*? Não! Já temos *quorum*! Vamos votar agora.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora temos pressa. Agora temos pressa de votar. Sr. Presidente. Se me permite, esse tipo de manobra patrocinada pelo Palácio do Buriti, além do mais, é imoral. Por que não vem discutir aqui, por que não pede aos Deputados da sua base para virem aqui justificar essa besteira que ele fez?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – A minha questão de ordem era exatamente para completar o *quorum*. Agora que há *quorum*, vamos votar, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a verificação de *quorum*, então, eu corrijo para a presença da Deputada Celina Leão. Presente a Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2016, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a supressão do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, dando como lida e aprovada a redação final, para que o texto possa valer imediatamente e o Rollemberg nunca mais cometa esse tipo de besteira!

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão e do Deputado Raimundo Ribeiro, que “susta o Decreto Executivo nº 37.692, de 6 de outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividade ou serviços no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal’, vez que o Poder Executivo exorbitou das suas competências regulamentares, vez que sequer existe lei sobre direito de greve no âmbito do Distrito Federal, frente a competência privativa do União”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Ricardo Vale e outros, que “susta os efeitos do Decreto nº 37.692, de 6 de outubro de 2016, que ‘dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas em caso de greves, paralisações, má prestação ou retardamento na prestação de atividades ou serviços no âmbito da Administração Pública Direta e das autarquias e fundações do Distrito Federal’”, na forma do substitutivo aprovado.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir que fosse feita a leitura do Expediente, porque nós temos três moções de louvor, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Chico Vigilante, ao policial militar e às pessoas que foram envolvidas na prisão de dois bandidos lá no Guará, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

assaltaram pessoas quando eu estava fazendo uma visita a duas quadras dessa cidade.

Então, quero pedir a leitura do Expediente e a inclusão das três moções na pauta da votação de hoje. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para parabenizar o PPS, cuja bancada é composta por mim e pela Deputada Celina Leão, e o PT, cuja bancada é composta pelo Deputado Wasny de Roure, pelo Deputado Chico Leite e pelo Deputado Chico Vigilante. Não posso deixar de fazer uma menção ao Deputado Wellington Luiz, que foi inclusive um dos mentores intelectuais desse trabalho que foi feito.

O projeto de decreto legislativo foi apresentado na verdade, Sr. Presidente, com o intuito de ajudar o governo, porque o governo comete muitos erros. Esse erro é tão escandaloso, é tão crasso, que nós precisávamos corrigi-lo de imediato. Agora só falta, e isso é dispensável, o governo nos agradecer por termos corrigido a besteira que ele fez!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando que o *quorum* foi restabelecido, que nós temos mais de 16 Parlamentares na Casa, peço a V.Exa. que solicite aos Parlamentares que permaneçam aqui para votarmos a pauta da Ordem do Dia, que trata de manutenção e derrubada de vetos.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no entendimento da Liderança do PT com relação ao projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do decreto apresentado pelo governo que veda uma série de direitos dos trabalhadores, a própria procuradora do Distrito Federal se incumbiu de dizer da inoportunidade do decreto, Deputado Julio Cesar.

Nós estamos aqui na tarde de hoje resgatando a dignidade da democracia na nossa cidade. Seria um acinte a Brasília a Câmara Legislativa negar o restabelecimento de um direito do trabalhador. Quero cumprimentar a todos os colegas Parlamentares que fizeram questão de na tarde de hoje votar a favor do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2016	15h45min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

projeto de decreto legislativo, susando o efeito daquele decreto. A democracia e esta cidade é que estão de parabéns.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo mais *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h50min.)